

Importação. Estado deixa de receber R\$ 1,7 bi por ano do imposto vindo do incentivo

Governo federal decreta morte do Fundap em 2014

Redução do ICMS cobrado pelo Fundap seria de 12% para 2% em quatro anos, o que invalida o fundo

DENISE ZANDONADI
dzandonadi@redgazeta.com.br

■ A proposta do governo federal, de unificar a alíquota do ICMS sobre as importações, é mais prejudicial para o Espírito Santo do que imaginavam os empresários do setor, o governo e a bancada federal. Deputados, senadores e membros do governo participaram, ontem, de uma audiência na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) com a participação do secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa.

Ele apresentou, durante a audiência, a proposta de reduzir a alíquota do ICMS sobre as importações de 12% para 8%, em 2012; de 8% para 4% em 2013; e de 4% para 2% em 2014. Elas passam a ser cobradas no destino do produto e não na origem, o que vai atingir em cheio o sistema financeiro do Fundap.

Essa transição gradual unificaria a alíquota e encerraria a discussão sobre a guerra fiscal que vem acontecendo nos últimos anos entre os Estados. Para o Espírito Santo, a proposta defendida pelo Ministério da Fazenda é extremamente prejudicial às atividades do sistema Fundap, que se baseia no sistema de benefícios concedidos a partir de alíquotas menores de ICMS. O Estado pode deixar de recolher R\$ 1,7 bilhão por ano.

“Nós insistimos, na audiência

Incentivo ao crescimento

Entenda o Fundap e por que ele é tão importante para o Espírito Santo

O QUE É

É um fundo de fomento, criado em 1970, em que a empresa para contratá-lo deve comprovar toda regularidade fiscal e tributária, inclusive recolhimento do ICMS, e efetuar o desembaraço aduaneiro no Estado

OBJETIVO

Tem por objetivo estimular a movimentação de mercadorias pelos portos do Espírito Santo

Fonte: Sindiox

de hoje (ontem) no Senado que o Fundap foi criado há 40 anos, antes de se falar em guerra fiscal”, disse o secretário estadual de Fazenda, Maurício Duque.

“Além disso, grande parte do que é importado pelo sistema é composto por bens de capital e insumos para a indústria e não prejudica a competitividade da indústria nacional, como alega a Confederação Nacional da Indústria (CNI), que defende a redução gradual do imposto sobre a importação”, explica Duque.

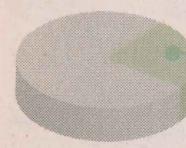
O setor empresarial capixaba defende que, se é para unificar a alíquota, isso poderia ser feito

COMO FUNCIONA

-  A alíquota do ICMS Fundap é de 12%
-  O diferimento (adiar o pagamento do imposto devido) do recolhimento do ICMS é para o dia **26 do mês** seguinte ao da emissão da nota fiscal de venda (não existe ICMS na entrada)
-  O juro pago por esse financiamento é de 1% ao ano
-  Dos 12% da alíquota do ICMS Fundap, 8% ficam para os financiamentos, 3% vão para os municípios e 1% fica com o governo do Estado

IMPORTÂNCIA PARA O ES

Em 2010, o ICMS Fundap recolheu **R\$ 1,7 bilhão**



Dentro deste montante, **R\$ 52 milhões** foram para o Fundap Social, que gera crédito para micro e pequenas empresas, microempreendedores, incluindo o setor informal, e beneficiar ainda projetos sociais e culturais

Responde por **24%** da receita do ICMS capixaba

R\$ 435 milhões foram para os municípios

R\$ 261 milhões para o Estado

R\$ 1,1 bilhão foi para financiamentos

Mais de **128 mil** postos de trabalho são mantidos em função das atividades do Fundap

A Gazeta - Ed. de Arte - Gilson

“O Espírito Santo poderá ser prejudicado de várias maneiras nessa reforma tributária fracionada”

MAURÍCIO DUQUE
SECRETÁRIO DE FAZENDA

num prazo maior – até 2016 e chegando a 4%. Nelson Barbosa frisou, porém, que a migração

“Estou de acordo com a transição, mas tem de ser mais lenta e parando nos 4%. Nos 2% parece exagerado”

SIMÃO CIRINEU
SECRETÁRIO DE FAZENDA DE GOIÁS

para a alíquota unificada tem que ser feita num período curto, “e não em 12 anos, como quer o

Espírito Santo”, afirma ele.

Representante do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), o secretário de Fazenda do Estado de Goiás, Simão Cirineu, relatou que o órgão defende alíquota unificada de 4% sobre as importações, por meio de transição gradual.

A proposta do secretário de Fazenda de São Paulo, Andrea Calabi, é no mesmo sentido. Calabi reclama das políticas de incentivos fiscais promovidas por outros Estados, que aumentam suas receitas “com o chapéu alheio”. (Com informação de agências)

Opiniões

GOVERNO FEDERAL

■ **TRANSIÇÃO GRADUAL.** A proposta é de que haja uma transição gradual de uma alíquota final de 12% para 2% até 2014 e que a cobrança passe da origem para o destino. O modelo de reforma tributária fatiada defendido pelo governo compreende, além da unificação das alíquotas do ICMS, a desoneração da folha de pagamento, com a eliminação de encargos fiscais, prazos menores para a devolução dos créditos do PIS, da Cofins e do IPI e ampliação da faixa do Super Simples a empresas que faturam até R\$ 3,6 milhões por ano.

GOVERNO ESTADUAL

■ TRANSIÇÃO EM 12 ANOS.

Defende também que a reforma tributária deve ser feita de forma ampla e não fracionada. O Estado até admite que a alíquota de ICMS sofra redução gradual, mas num período de 12 anos, para não prejudicar os municípios.

CONFAZ

■ TRANSIÇÃO MAIS GRADUAL.

A proposta do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que reúne secretários da Fazenda de todos os Estados do país, é de uma transição mais gradual e com uma alíquota final de 4% até 2016 – e não de 2%. Para o Confaz, os Estados que dão incentivos para a importação em seus portos serão prejudicados com a mudança e, por isso, a transição precisa ser mais lenta.

CNI

■ APOIO AO SENADO.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) manifestou apoio à proposta em discussão no Senado de mudar a tributação. Os incentivos fiscais dados por Estados para esses produtos têm prejudicado a indústria, diz a CNI. A entidade entrou com ações no Supremo Tribunal Federal (STF) contra os incentivos estaduais.

DIVULGAÇÃO



Quando você
anuncia no

zenda e extremamente prejudicial às atividades do sistema Fundap, que se baseia no sistema de benefícios concedidos a partir de alíquotas menores de ICMS. O Estado pode deixar de recolher R\$ 1,7 bilhão por ano.

“Nós insistimos, na audiência

indústria nacional, como alega a Confederação Nacional da Indústria (CNI), que defende a redução gradual do imposto sobre a importação”, explica Duque.

O setor empresarial capixaba defende que, se é para unificar a alíquota, isso poderia ser feito

MAURÍCIO DUQUE
SECRETÁRIO DE FAZENDA

num prazo maior – até 2016 e chegando a 4%. Nelson Barbosa frisou, porém, que a migração

SÍMÃO CIRINEU
SECRETÁRIO DE FAZENDA DE GOIÁS

para a alíquota unificada tem que ser feita num período curto, “e não em 12 anos, como quer o

Fazenda de São Paulo, Andrea Calabi, é no mesmo sentido. Calabi reclama das políticas de incentivos fiscais promovidas por outros Estados, que aumentam suas receitas “com o chapéu alheio”. (Com informação de agências)

Senado de mudar a tributação. Os incentivos fiscais dados por Estados para esses produtos têm prejudicado a indústria, diz a CNI. A entidade entrou com ações no Supremo Tribunal Federal (STF) contra os incentivos estaduais.

DIVULGAÇÃO



AUDIÊNCIA. Reunião no Senado contou com o secretário Maurício Duque (último à direita)

“Metade das cidades capixabas vai quebrar”

Intenção do governo federal é aprovar este ano a alíquota de 4% para vigorar em 2012, disse Audifax Barcelos

■ “A intenção do governo federal é trabalhar para que seja aprovada, ainda neste ano, a alíquota de 4% para vigorar já em janeiro de 2012. Se isso ocorrer, mais da metade dos municípios capixabas vai quebrar, pois a dependência da receita gerada com o ICMS do Fundap é muito grande”.

A avaliação é do deputado federal Audifax Barcelos, que participou ontem, em Brasília, da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. O parlamentar disse ter ficado preocupado com a pressa do governo em aprovar a proposta. “Temos que trabalhar para evitar que a proposta seja aprovada neste ano”, disse Audifax.

O parlamentar, que é integrante da Comissão de Tributação e Finanças da Câmara dos Deputados, informou

que pretende convocar o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, para discutir o assunto com os deputados federais. A expectativa é de que o debate com Barbosa aconteça no próximo mês.

A proposta do governo, defendida por Barbosa, “está equivocada”, destacou Audifax. Segundo o deputado, o secretário do Ministério da Fazenda, o senador Romero Jucá e a direção da CNI responsabilizaram a guerra fiscal entre

os Estados pelo desemprego e pelo aumento das importações e prejuízo para as indústrias. “Na minha opinião a culpada por isso é a questão cambial”, argumentou.

Segundo Audifax, essas mesmas indústrias que criticam a guerra fiscal são as que ficam reivindicando dos prefeitos e governadores redução de impostos, concessão de benefícios e cessão de terrenos quando planejam a instalação de nova unidade fabril. (Rita Bridi)

Minirreforma vai ser fatiada, afirmou Barbosa

■ A minirreforma será fatiada, reafirmou o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, e conterà ainda três outros eixos de ação: a desoneração da folha de pagamento, prazos menores para a devo-

lução às empresas dos créditos do PIS, da Cofins e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e a ampliação do Super Simples a firmas com faturamento anual de até R\$ 3,6 milhões (hoje, o teto é de R\$ 2,4 milhões). Barbosa afirmou que o governo ainda trabalha numa proposta final para a desoneração da folha e deve encaminhá-la ao Congresso Nacional em maio.

Quando você
anuncia no
Classificadões, seu
produto aparece
a toda hora,
em todo lugar.



Todo sábado.

O Classificadões é o classificados mais completo do Espírito Santo.

Isso porque é o único que sai em A Gazeta, em todo o Estado; no Notícia Agora, de segunda a sábado na Grande Vitória; no Gazeta Online; no Tablet e no celular. Com ele, fica muito mais fácil vender, alugar, comprar, contratar ou fechar qualquer negócio. E você pode montar o anúncio do jeito que achar melhor. Ligue, acesse e conheça.

Classificadões. A toda hora, em todo lugar.

3321-8600 | classificadões.com.br

A GAZETA

NOTÍCIA
agora

agazeta.com.br

RM1
com.br

lugarcerto

gol

m. agazeta